

# O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OS LIMITES PARA A INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

GUSTAVO DOS REIS LEITÃO



**DIALÉTICA**  
EDITORA

PREFÁCIO POR: PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO

Copyright © 2020 by Editora Dialética Ltda.  
Copyright © 2020 by Gustavo dos Reis Leitão.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

**Capa:** Pedro Henrique Azevedo  
**Diagramação:** Beatriz Ruelle

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Bibliotecária:** Mariana Brandão Silva CRB-1/3150

L533p Leitão, Gustavo dos Reis.

O Plano de Recuperação Judicial e os Limites para a Intervenção do Poder Judiciário / Gustavo dos Reis Leitão. – 1. ed. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.  
188 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-5877-185-2

1. Recuperação Judicial. 2. Poder Judiciário. 3. Direito Falimentar Brasileiro. I. Leitão, Gustavo dos Reis. II. Título.

CDD 340:368.01

CDU 347.739



**DIALÉTICA**

EDITORA

• /editoradialectica

@editoradialectica

www.editoradialectica.com

# SUMÁRIO

<b>1. COMO SURTIU A IDEIA PARA ESTE LIVRO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. A EVOLUÇÃO DO DIREITO FALIMENTAR BRASILEIRO .....</b>	<b>19</b>
<b>3. O INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....</b>	<b>27</b>
3.1 PRINCÍPIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	28
3.1.1 PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.....	29
3.1.2 PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA.....	31
3.1.3 PRINCÍPIO DO “PAR CONDICIO CREDITORUM” .....	33
3.2 O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	35
3.3 NATUREZA JURÍDICA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	42
3.4 CONTEÚDO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO.....	50
3.5 OBJEÇÃO AO PLANO.....	52
3.6 MODIFICAÇÃO DO PLANO.....	54
3.7 ASSEMBLEIA- GERAL DE CREDITORES .....	55
3.8 VOTAÇÃO E QUÓRUM PARA APROVAÇÃO DO PLANO .....	56
<b>4. CONTROLE JUDICIAL DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....</b>	<b>59</b>
4.1. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO EM ASSEMBLEIA .....	59
4.2 SOBERANIA DA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDITORES .....	61
4.3 CONTROLE JUDICIAL DO PLANO DE RECUPERAÇÃO.....	64

<b>5. LIMITES DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E CONSEQUÊNCIAS DA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES .....</b>	<b>111</b>
5.1 CONTROLE DE LEGALIDADE DO PLANO ENQUANTO CONTRATO JUDICIAL	115
5.2 DECRETAÇÃO DE NULIDADE DO PLANO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	118
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO LEGISLATVA .....</b>	<b>121</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>123</b>